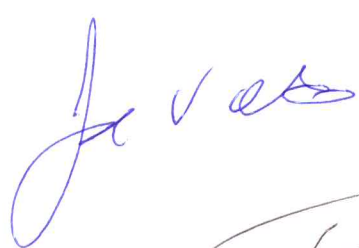


ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO - INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas, na Sala das Comissões da Câmara Municipal de Canela, reuniram-se os vereadores José Valdecir de Abreu e Rodrigo Rodrigues, sob a presidência da vereadora mais votada entre os membros da Comissão, Grazi Hoffmann, para a realização da primeira reunião e instalação da Comissão Parlamentar Temporária, criada para tratar da recorrente falta de água em diversos bairros do município de Canela. A reunião teve como objetivo principal formalizar a instalação da Comissão, definir sua composição, estabelecer as diretrizes de trabalho e dividir as responsabilidades entre seus membros. Ficou acordado que a vereadora Grazi Hoffmann exercerá a presidência da Comissão e o vereador Rodrigo Rodrigues atuará como relator. Em virtude da complexidade e abrangência da pauta, os membros decidiram dividir os trabalhos da Comissão em dois grupos temáticos: o primeiro, responsável por apurar e documentar a situação da falta de água nos bairros, será coordenado pela presidente Grazi Hoffmann, com apoio de um membro a ser designado; o segundo grupo, voltado à questão da pavimentação urbana e das consequências geradas por obras mal finalizadas — que afetam diretamente o abastecimento e a segurança da população — ficará sob responsabilidade do vereador Nene Abreu, também com o apoio de outro membro a ser indicado. Foi deliberado que o dossiê da Comissão deverá conter um relatório concreto com evidências e documentação precisa dos problemas enfrentados, incluindo fotografias, datas das ocorrências, números de protocolos abertos pelos moradores, registros de acidentes e depoimentos de cidadãos afetados. A Comissão buscará consolidar dados estatísticos que possam respaldar ações futuras, inclusive com possível responsabilização de agentes públicos ou concessionárias. A relatoria, sob responsabilidade do vereador Rodrigo Rodrigues, ficará encarregada de realizar contato com instituições relevantes, como a AGERGS, a Corsan, associações de bairro e demais órgãos públicos, a fim de obter dados oficiais, relatórios técnicos e manifestações que contribuam para o esclarecimento da situação. Para tanto, ficou também decidido que será agendada reunião com a AGERGS, com o intuito de esclarecer o papel da agência reguladora na fiscalização dos serviços prestados, bem como apurar eventuais omissões ou falhas operacionais da concessionária responsável pelo abastecimento. Durante os debates, foram relatadas diversas situações em que a população tem enfrentado longos períodos sem água, com registros recorrentes em bairros prejudicando a rotina de famílias, escolas, unidades de saúde e estabelecimentos comerciais. Também foi levantada a preocupação com a abertura constante de vias públicas para manutenções e obras, sem o devido fechamento posterior, comprometendo o tráfego, a segurança e, por vezes, contribuindo para o agravamento dos problemas de abastecimento. Ficou estabelecido que a Comissão terá o prazo de noventa dias para conclusão de seus trabalhos. Ao final deste período, o dossiê produzido deverá ser formalmente encaminhado ao Ministério Público, para que sejam avaliadas possíveis medidas legais e de responsabilização, com base nos dados e evidências coletadas. Justificaram a ausência os vereadores Antônio Carlos e Lucas Dias,

por motivo de viagem, conforme comunicação prévia. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião, e eu, Grazi Hoffmann, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros presentes.

GH B 



ATA DA SEGUNDA REUNIÃO – COMISSÃO PARLAMENTAR TEMPORÁRIA – CORSAN

Aos quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, na Sala das Comissões da Câmara Municipal de Canela, reuniram-se os vereadores integrantes da Comissão Parlamentar Temporária criada para tratar da recorrente falta de água no município, sendo eles: Rodrigo Rodrigues, José Valdecir Abreu, Antônio Carlos e Lucas Dias. A vereadora Graziela Hoffmann justificou sua ausência previamente, por motivo de compromisso agendado. A reunião teve como objetivo principal aprofundar as tratativas da Comissão com a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – AGESAN-RS, especialmente sobre a atuação da Corsan em Canela. O encontro iniciou-se com a apresentação dos participantes, conduzida pelo vereador Lucas Dias, que também contextualizou o motivo da instalação da Comissão e os objetivos principais: apurar irregularidades no abastecimento de água, acompanhar a prestação dos serviços pela Corsan, e buscar soluções para os problemas enfrentados pela população. O vereador Rodrigo Rodrigues destacou que esta foi a primeira ação externa efetiva da Comissão, marcando o início das articulações com órgãos de controle e fiscalização. Representando a AGESAN-RS, estiveram presentes o diretor-geral, Demetrius, e o assessor ambiental, Leonardo, os quais apresentaram o papel da agência como reguladora dos serviços prestados pela Corsan. A AGESAN atua em quase metade dos municípios do estado, mas não possui jurisdição sobre a cidade de Gramado, nem sobre o sistema adutor de São Francisco de Paula, que também não é regulado por ela. Em relação a Canela, a AGESAN informou que realiza três fiscalizações presenciais anuais: duas para análise da pressão da água (inverno e verão) e uma voltada ao sistema de esgoto. A última fiscalização ocorreu em 4 de fevereiro de 2025. O relatório técnico emitido em 19 de novembro de 2024 apontava 61 não conformidades. Em nova fiscalização realizada entre os dias 13 e 15 de maio de 2025, o número de não conformidades subiu para 126, demonstrando agravamento nos problemas identificados. As inconformidades vão desde questões estéticas até falhas de segurança e, principalmente, deficiências no sistema de captação de água. Foi relatado ainda que, embora não haja falta de água produzida em Canela, as interrupções no fornecimento decorrem, em grande parte, de rompimentos nas redes e de um tempo elevado de reparo local. A AGESAN mencionou, por exemplo, que a pressão de água no município varia entre 10 e 40 m.c.a. (metros de coluna de água), com picos como o registrado na Rua João Simplício (67 m.c.a.) e quedas como as da Rua Dorvalino Ancelmo (6 m.c.a.). Também foi informado que o sistema de tratamento de água (ETA) de Canela está em reforma, mas a obra encontra-se paralisada. Além disso, foi apontado que os resíduos (lodo) provenientes do tratamento de água são descartados diretamente em rio local, sob acompanhamento de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com o Ministério Público e a FEPAM. A AGESAN reforçou que, embora existam normas que obrigam a Corsan a comunicar previamente ao Executivo Municipal sobre obras de expansão (com 30 dias de antecedência), esse procedimento nem sempre é seguido. Já as obras de reparo são executadas sem necessidade de comunicação formal. Foi sugerida a implantação de georreferenciamento das ações para

facilitar o controle e a transparência. Outro ponto sensível é que, se o município não fiscaliza ou repassa informações à AGESAN, a agência não toma ciência dos problemas. Assim, a Comissão deliberou que será mantido um canal de comunicação contínua com a AGESAN, por meio de contatos quinzenais e envio de demandas consolidadas. O número 0800 222 4022 foi disponibilizado para contato direto com a agência. A AGESAN reconheceu que a privatização da Corsan implicou na demissão de aproximadamente 800 funcionários, o que impactou negativamente na qualidade do serviço prestado. A agência reiterou que tem ciência dos problemas existentes e destacou a necessidade de comprometimento da concessionária com a melhoria dos serviços. Ao final da reunião, o vereador Lucas Dias comentou a criação do formulário eletrônico (FORMS) para registro das ocorrências da população, o que foi acolhido pelos demais membros. Também ficou decidido que será elaborado e enviado um ofício à AGESAN com os dados levantados, visando a formalização das demandas. A servidora Bruna ficou encarregada de compilar os contatos da agência (e-mails, telefones, etc.) para facilitar a comunicação da Comissão. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião, e eu, Rodrigo Rodrigues, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros presentes.



ATA DA TERCEIRA REUNIÃO – COMISSÃO PARLAMENTAR TEMPORÁRIA – CORSAN

Aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas, na Sala das Comissões da Câmara Municipal de Canela, reuniram-se os vereadores integrantes da Comissão Parlamentar Temporária criada para tratar da recorrente falta de água no município: Antônio Carlos, Grazi Hoffmann, José Valdecir de Abreu e Rodrigo Rodrigues. O vereador Lucas Dias participou da reunião de forma online. A reunião teve como pauta principal a apresentação do formulário eletrônico criado para coleta de informações da população sobre os problemas relacionados ao abastecimento de água em Canela. A presidente da Comissão, vereadora Grazi Hoffmann, apresentou o conteúdo do formulário aos demais membros, destacando os objetivos da ferramenta e as estratégias previstas para sua ampla divulgação, tanto no meio digital quanto presencialmente. Após discussão, ficou acordado que o formulário não coletará dados pessoais nem sensíveis dos participantes, o que dispensa a necessidade de aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). A decisão visa garantir agilidade no tratamento das informações e respeito à privacidade dos cidadãos. Ficou definido que a divulgação do formulário terá início no dia seguinte à presente reunião, estando prevista sua disponibilização em formato digital, por meio das redes sociais dos parlamentares, bem como em versão impressa, a ser distribuída nas bancadas e em visitas presenciais para facilitar o acesso da população que não dispõe de meios eletrônicos. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião, e eu, Grazi Hoffmann, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros presentes.



Antônio Carlos, Grazi Hoffmann, José Valdecir de Abreu, Rodrigo Rodrigues

ATA DA SEXTA REUNIÃO – COMISSÃO PARLAMENTAR TEMPORÁRIA – CORSAN

Aos quatorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco, às quinze horas, na Sala das Comissões da Câmara Municipal de Canela, reuniram-se os vereadores integrantes da Comissão Parlamentar Temporária criada para tratar da recorrente falta de água no município: Grazi Hoffmann, Rodrigo Rodrigues e José Valdecir de Abreu. Justificaram suas ausências, por compromissos previamente agendados, os vereadores Lucas Dias e Antônio Carlos, estando presentes seus assessores em representação. O relator da Comissão, vereador Rodrigo Rodrigues, apresentou aos membros o relatório produzido a partir dos trabalhos desenvolvidos até então. Destacou tratar-se de material extenso e robusto, composto por centenas de páginas, que deverá ser impresso e distribuído para possibilitar análise aprofundada. Ressaltou ainda que, embora o prazo de funcionamento da Comissão esteja se aproximando do fim, as manifestações da população continuam a chegar diariamente, demonstrando que os problemas relacionados à CORSAN não são pontuais, mas sim estruturais e persistentes. Durante a apresentação, o relator detalhou a metodologia adotada para a construção do relatório: levantamento das quase trezentas respostas recebidas via formulário eletrônico; realização de reuniões com a AGESAN e representantes do Poder Executivo; análise de documentos, publicações em redes sociais e registros encaminhados diretamente aos vereadores. Observou que, mesmo após o encerramento do prazo de coleta do formulário, novas reclamações não cessaram, o que evidencia o sofrimento contínuo da população de Canela diante da precariedade dos serviços prestados pela concessionária. Foram relatados inúmeros casos de moradores sem abastecimento regular de água, situações de esgoto a céu aberto, buracos deixados após obras mal executadas, pavimentações recém-feitas danificadas, poeira excessiva, interdições de ruas sem aviso prévio e ausência de reparos adequados. Tais fatos têm comprometido a saúde pública, a mobilidade urbana, a segurança das famílias e a dignidade dos cidadãos. Os vereadores reforçaram que a população está sendo obrigada a conviver com transtornos graves e recorrentes, que ultrapassam a esfera do mero desconforto e configuram verdadeira violação de direitos básicos. Diante da gravidade da situação, os parlamentares deliberaram pela realização de reunião prévia com o Ministério Público, antes da entrega oficial do relatório em forma de denúncia, a fim de alinhar estratégias para responsabilizar a concessionária e buscar medidas efetivas que assegurem melhorias urgentes na prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em Canela. Ao final, a presidente da Comissão, vereadora Grazi Hoffmann, destacou que o relatório será um instrumento técnico, consistente e respaldado em manifestações concretas da sociedade, cujo objetivo maior é garantir justiça e resposta às centenas de cidadãos que diariamente têm suas vidas afetadas pelo descaso da CORSAN. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião, e eu, Graziela Hoffmann, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros presentes.



ATA DA SÉTIMA REUNIÃO – COMISSÃO PARLAMENTAR TEMPORÁRIA – CORSAN

Aos quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas, na Sala das Comissões da Câmara Municipal de Canela, reuniram-se os vereadores integrantes da Comissão Parlamentar Temporária criada para tratar da recorrente falta de água no município: Lucas Dias, Grazi Hoffmann e José Valdecir de Abreu (este participando de forma virtual). Justificaram suas ausências, por compromissos previamente agendados, os vereadores Rodrigo Rodrigues e Antônio Carlos, estando presentes seus assessores em representação. A reunião teve como pauta principal a assinatura do relatório final elaborado pela Comissão, que, após meses de levantamento de dados, análise técnica e escuta da população, encontra-se concluído e pronto para ser encaminhado ao Ministério Público. Os vereadores reforçaram a importância do documento como instrumento de denúncia formal contra a concessionária CORSAN, diante das graves falhas verificadas na prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no município. Durante as manifestações, os parlamentares destacaram que o relatório consolida um conjunto robusto de informações: centenas de respostas coletadas por meio do formulário eletrônico; registros de reuniões com a AGESAN e com representantes do Poder Executivo; além de inúmeras denúncias recebidas diretamente da comunidade, tanto em formato escrito quanto por meio de publicações em redes sociais. Foi ressaltado que, mesmo após a conclusão da fase de coleta oficial, as demandas da população não cessaram, demonstrando a persistência e a gravidade dos problemas enfrentados. Os vereadores salientaram que o sofrimento imposto à população de Canela pela má atuação da CORSAN vai muito além de transtornos cotidianos: trata-se de um verdadeiro colapso nos serviços públicos essenciais, que compromete a saúde, a dignidade e a qualidade de vida dos cidadãos. Casos de desabastecimento prolongado, obras irregulares, esgoto a céu aberto, ruas interditadas sem aviso, buracos não reparados e destruição de pavimentações recém-executadas foram reiteradamente relatados e devidamente registrados no relatório. Ao final, os membros da Comissão reafirmaram seu compromisso de encaminhar ao Ministério Público um material técnico, consistente e fundamentado, capaz de subsidiar providências legais contra a concessionária. Ressaltaram que a entrega do relatório não representa o encerramento da luta, mas sim o início de uma nova etapa em defesa da população de Canela, que clama por justiça, respeito e serviços públicos de qualidade. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião, e eu, Graziela Hoffmann, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros presentes.



